

Relatório do Encontro Nacional dos Anistiados e Demitidos

Coordenação: José Amorim Neto - CE

Secretária: Maria das Graças Gomes Albert - SC

Apoio: Jayne Menezes da Silva - DF

Resolvemos manter a pauta apresentada pela Condsef ao Ministério do Planejamento em 2018, com alguns acréscimos, conforme segue abaixo.

1. Tabela única de remuneração, com reestruturação acrescentando quatro padrões;
2. Enquadramento dos reintegrados no RJU- Lei 8.112/90, com garantia dos anuênios, reconhecendo o tempo que ficou fora da administração; adoção dos mesmos procedimentos concedidos aos servidores do RJU (licença médica; gratificações; benefícios; férias; horas extras, diárias; insalubridade; periculosidade). Discussão - não são anistiados e sim reintegrados;
3. Reenquadramento dos servidores desviados de função;
4. Pagamento dos benefícios alimentação (auxílio alimentação de R\$ 799,00; pagamento de cesta natalina no mesmo valor do auxílio alimentação, extensivo aos servidores afastados por motivo de doenças profissionais, acidente de trabalho, auxílio doença e licença maternidade);
5. Reajuste do auxílio saúde no valor de R\$ 650,00;
6. Reajuste do auxílio pré-escolar no valor de R\$ 312,00;
7. Concessão do vale-cultura, conforme Lei 12.761/12;
8. Auxílio educação de R\$ 560,00 (servidores e dependentes até 18 anos de idade);
9. Capacitação profissional anual;
10. Garantia da liberdade e autonomia sindical: atuação no local de trabalho dos dirigentes indicados pelas entidades; abono do dia se convocado pelo sindicato por escrito; liberação de espaço no local de trabalho para atividade sindical;
11. Os servidores em exercício em outro órgão só poderão ser devolvidos ao seu órgão de origem se a pedido ou quando justificados os motivos;
12. Apoio para demitidos pelo governo Collor que perderam o prazo da Lei 8878/94, devido a não divulgação em um veículo de grande circulação e que seja retomada essa divulgação;
13. Apoio aos PDVistas que foram ludibriados pelo governo FHC, especialmente aos PLs 4293/2008 e 123/2017, com maior divulgação desses projetos;
14. Requerer ou solicitar a Defensoria da União um representante para averiguar as denúncias de assédio moral;

15. Que a partir deste encontro, seja feito encontro trimestral para anistiados e PDVistas, começando no mês de agosto/2018, com encaminhamento prévio de convocatória;
16. Economia – auxílio alimentação em exercício, conforme orienta a normativa;
17. Os anistiados retomarem a luta, precisam de engajamento, unificação;
18. Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN/2007;
19. Denunciar o Assédio Moral – Trabalho Escravo entre os anistiados;
20. A CONDSEF repassar os relatórios das reuniões da Mesa de Negociação;
21. Priorizar os advogados dos sindicatos e da Condsef para a obtenção dos direitos;
22. Que seja criado grupo no WhatsApp com todos os participantes da comissão;
23. Que a Comissão Nacional passe a ser um departamento da Condsef;
24. Que seja considerada a luta por garantia de contagem de tempo;
25. Definição do Regime dos Reintegrados;
26. Continuar apoiando a luta dos PDVistas;
27. Que o Governo edite uma orientação normativa sobre direitos dos trabalhadores como insalubridade, periculosidade, horas extras e diárias
28. Enquadramento dos reintegrados no Regime Jurídico da Lei 8.112/90, garantia dos anuênios, reconhecendo o tempo que ficaram fora da administração
29. Que a CONDSEF acompanhe os tramites do PL 4.786/12, que reabre o prazo para aqueles demitidos que ainda não retornaram.